

BANCOS

FGC precisa considerar risco

Até o fim da próxima semana, o fundo deve apresentar novas diretrizes, após desfalques provocados pelo caso Master

» ROSANA HESSEL

A novela do Banco Master parece não ter fim e vem escalando tanto no mercado financeiro quanto nas esferas política e jurídica de forma impressionante e estarrecedora. O imbróglio estourou no colo do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que deverá ter novas regras definidas até o fim da próxima semana, devido aos desfalques provocados pelas liquidações extrajudiciais decretadas pelo Banco Central desde o fim do ano passado.

O FGC — em conjunto com associações, instituições associadas e o Banco Central do Brasil — está discutindo temas relacionados à recomposição de liquidez do Fundo, de acordo com nota da instituição. Procurados, os órgãos envolvidos não comentam o assunto, mas a expectativa é de que as mudanças sejam anunciadas até o fim da próxima semana, segundo fontes próximas.

“As discussões estão em andamento e uma deliberação deverá ocorrer no curto prazo. Em benefício das discussões, o FGC não comenta sobre as alternativas que estejam sendo avaliadas”, informou, em nota, o Fundo, sem dar detalhes sobre como serão as novas regras.

Especialistas reconhecem a necessidade de mudanças, especialmente após o escândalo do Banco Master. Para eles, é importante melhorar as regras do FGC, que foi criado em 1995, antes da explosão dos bancos digitais, que mudaram a configuração do sistema financeiro. Como o departamento de regulação do Banco Central tem deficiências técnicas e de pessoal para identificar os problemas de liquidez nas instituições financeiras, novas regras precisam ser criadas para melhorar a fiscalização, é o que acreditam.

O economista e consultor Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central, reconhece que as regras do FGC precisam ser melhoradas, com um aumento das contribuições de instituições que têm maior risco, como foi o caso do Master, cuja liquidação é resultado de uma sucessão de erros de vários órgãos públicos. E, ao contrário do que alegou o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus — que tentou reverter a liquidação do Master por alegar pressa e atropelo do BC no processo — a autoridade monetária devia ter liquidado o Master quando o Banco de Brasília (BRB) anunciou a compra da instituição de Vorcáro, em março de 2025. “Ali estava claro que havia problema, porque não é normal um banco público querer

Roque de Sá/Agência Senado



Para Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do Banco Central, as contribuições ao FGC de bancos com maior risco precisam ser maiores



Os depósitos do FGC precisam ter uma outra variável além dos valores dos depósitos em carteira. É preciso uma variável proporcional ao risco”

Carlos Thadeu de Freitas Gomes,
ex-diretor do Banco Central

comprar um banco privado. A liquidação deveria ter ocorrido naquele momento”, alertou.

Gomes ainda ressaltou que o FGC é uma espécie de seguro do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e as contribuições dos bancos associados ocorrem de acordo com o valor dos depósitos em carteira. “O Fundo Garantidor está cumprindo um papel que é do Banco Central, que não tem recursos para compensar as perdas dos correntistas e investidores. Os grandes bancos é que sustentam o FGC e eles têm que exigir que os bancos tenham condição de sobreviver e quem tem mais risco precisa pagar mais para ter garantia do Fundo”, afirmou.

“Os depósitos do FGC precisam ter uma outra variável além dos valores dos depósitos em carteira. É preciso uma variável proporcional ao risco. E é preciso também que a empresa de auditoria possa identificar melhor quais os bancos que podem receber ou não do FGC”, aconselhou.

Erros

Na avaliação do ex-diretor do BC, o caso Master é resultado de uma sucessão de erros de autoridades e de instituições reguladoras, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que demoraram para identificarem

os problemas, e até mesmo da empresa de auditoria dos balanços do Master, no caso, a KPMG. “O Banco Central foi certíssimo em liquidar o Master, mas demorou muito. Antes disso, o BC chegou a pedir um empréstimo do FGC para o Master, o que foi um erro enorme. O BC não tem que mandar carta para o FGC pedindo empréstimo para um fundo que é o segurador do SFN. Isso fez com que o FGC fizesse o papel do BC”, lamentou Gomes em referência ao empréstimo do Fundo ao Master, que acabou ficando em torno da metade dos R\$ 10 bilhões previstos para sanar os problemas financeiros do banco de Vorcáro. Procurado, o BC não comentou o assunto até o fechamento desta edição. Já o FGC informou que não comenta casos de associados.

Os saques do Fundo por conta da quebra do Master e subsidiárias já soma R\$ 51,8 bilhões, mas esse valor ainda pode aumentar, se for considerado o empréstimo do FGC ao Master em 2025, que gira em torno de R\$ 5 bilhões a R\$ 5,5 bilhões, e que não deve ter sido pago, de acordo com estimativas de especialistas.

Para os especialistas, as novas regras devem ser mais duras, a fim de evitar novos desfalques, como o

ocorrido na liquidação do Master, que ultrapassa qualquer outro já concedido pelo Fundo. O caso já é considerado o maior escândalo financeiro da história.

A liquidação do Master foi decretada após a deflagração, pela Polícia Federal, da Operação Compliance Zero, que revelou um esquema de mais de R\$ 12,2 bilhões em fraudes na carteira de créditos poderes vendida ao Banco de Brasília (BRB). O banco controlado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) havia anunciado a compra do Master em março do ano passado, mas a operação foi vetada pelo BC em setembro do mesmo ano.

Os pagamentos aos credores do Banco Master, Banco Master de Investimentos e Letsbank, liquidados pelo Banco Central, em novembro passado, somaram, até o último dia 18, R\$ 35,1 bilhões, o equivalente a 87% dos R\$ 40,6 bilhões previstos pela instituição. Além disso, o BC decretou a liquidação extrajudicial do Will Bank, em janeiro, e, na última quarta-feira, do Banco Pleno e da corretora do banco, que também pertenciam ao conglomerado do Master. No caso do Will Bank, o FGC estima que serão pagos R\$ 6,3 bilhões em garantias e, no do Pleno, serão outros R\$ 4,9 bilhões.

Renan sai na frente

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) vai apresentar um projeto de lei complementar que prevê reformas no funcionamento do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado, a expectativa é que Renan proponha a discussão desse texto na próxima semana, em meio aos episódios de liquidação de ao menos oito instituições direta ou indiretamente ligadas ao ecossistema do Banco Master desde o início da crise.

Obtido pelo **Correio**, o texto assinado pelo senador propõe que o Fundo Garantidor de Crédito sustente o status de Lei Complementar, com o objetivo de dar maior segurança jurídica ao transformar essas regras em lei. O fundo, atualmente, é uma instituição privada e sem fins lucrativos, que opera com base em normas infralegais.

Além disso, o texto prevê um teto remuneratório de produtos de investimentos ofertados por bancos com baixos indicadores de “solidez e governança”. A proposta, na avaliação do autor do projeto, tem o objetivo de evitar que instituições financeiras ofereçam taxas “muito acima” da média do mercado para atrair depósitos por meio de produtos de investimento.

Prudência

Outro ponto proposto por Renan Calheiros é a criação de “limites prudenciais” para a captação de recursos por meio de produtos como CDBs. De acordo com o texto, um banco que decida captar recursos em um volume que ultrapasse esses limites será obrigado a manter uma reserva de ativos de alta liquidez e baixo risco (como títulos públicos) proporcional a esse excedente.

Segundo o texto proposto pelo presidente da CAE, as contribuições ao FGC devem ser baseadas no risco dos investimentos ofertados por instituição financeira. Na prática, quanto mais arriscada a estratégia do produto de investimento ofertado pelo banco ou quanto menor a solidez a instituição, mais contribuições ao fundo essa empresa terá de pagar.

Provenientes de bancos por meio de pagamentos mensais de 0,01% sobre o total de depósitos, os recursos do FGC formam uma reserva para garantir o reembolso de até R\$ 250 mil a investidores pessoas físicas caso uma instituição financeira seja liquidada.

Instabilidade do Pix gera reclamações contra Itaú

» PEDRO JOSÉ*

Clientes do Itaú Unibanco relataram instabilidade nas transações via Pix na manhã de ontem. Segundo publicações feitas na rede social X, o sistema de transferências apresentou lentidão e dificuldades para conclusão de operações.

Os picos de reclamações começaram por volta das 10h. Usuários apontaram que o sistema estava fora do ar e indicaram que a falha estaria relacionada ao próprio banco, e não ao Banco Central do Brasil, responsável pela infraestrutura do Pix.

De acordo com o site Downdetector, que monitora serviços online, mais de 541 notificações haviam sido registradas até cerca de 10h. Nas redes sociais, consumidores marcaram o perfil do banco para relatar o problema. Em algumas respostas públicas, o Itaú informou que estava ciente da falha e que a equipe responsável atuava para realizar os ajustes necessários.

Em nota, o banco informou que identificou uma instabilidade pontual pela manhã, que impactou parte dos clientes nas transações via Pix. “O banco ressalta que está trabalhando para que as operações sejam normalizadas o

mais rápido possível e pede desculpas aos clientes pelo inconveniente”, informou.

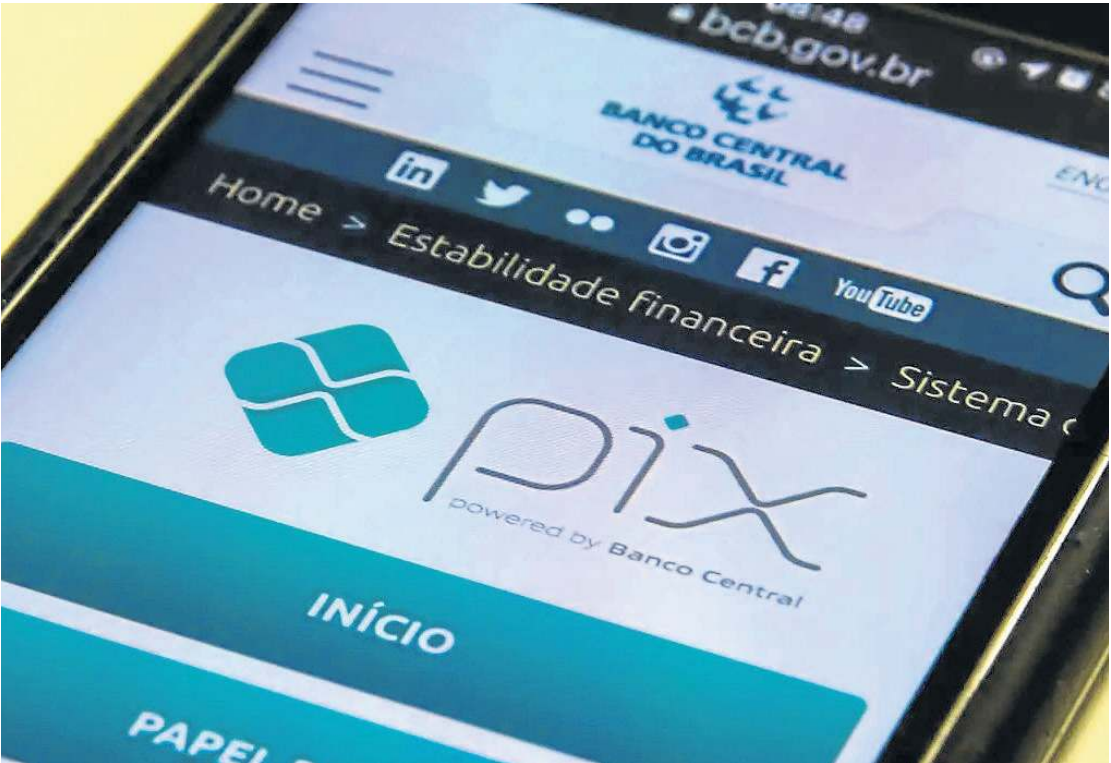
O episódio ocorreu após o Banco Central divulgar, há cerca de uma semana, que 5.290 chaves Pix de clientes do Banco Agibank S.A. tiveram dados cadastrais expostos. Foi o 21º incidente envolvendo chaves Pix desde o lançamento do sistema, em novembro de 2020, e o primeiro registrado em 2026.

De acordo com o BC, a exposição ocorreu entre 26 de dezembro de 2024 e 30 de janeiro de 2025 e incluiu nome do usuário, CPF com máscara, instituição de relacionamento, agência, número e tipo da conta. A autoridade informou que o incidente decorreu de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento e que dados protegidos por sigilo bancário, como saldos e senhas, não foram expostos.

Em todos os 21 registros, até agora, houve vazamento apenas de informações cadastrais. O Banco Central mantém página específica para acompanhamento de incidentes, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados.

Para o especialista em direito digital Luiz Augusto D’Urso, presidente da Comissão Nacional de Cibercrimes da Associação

Marcello Casal Jr/Agência Brasília



Usuários relataram dificuldades para realizar operações por meio do Pix; houve mais de 500 reclamações

Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), falhas pontuais em sistemas bancários não geram, automaticamente, obrigação de indenizar.

“A instabilidade em softwares e soluções disponibilizadas por instituições bancárias é algo normal. Para que haja a responsabilização da instituição, o consumidor teria

que comprovar que teve um prejuízo concreto em razão dessa instabilidade”, afirmou.

Segundo ele, a análise de responsabilidade depende da origem

do problema. “É preciso avaliar se a instabilidade foi consequência sistêmica da liberação do Banco Central ou se ocorreu de forma pontual naquele banco específico. Caso venha do sistema do Banco Central, os bancos não terão responsabilidade sobre o ocorrido”, declarou.

D’Urso ressaltou que, desde o lançamento, o Pix apresentou 21 incidentes. “Isso indica que o sistema é seguro e confiável. Falhas são esperadas em sistemas eletrônicos, mas não representam nada de grande escala em comparação à utilização massiva do Pix no país”, disse. O especialista acrescentou que o aumento de episódios pode levar à atuação de órgãos de defesa do consumidor, como a Secretaria Nacional do Consumidor e os Procons.

Sobre vazamentos de dados, D’Urso afirmou que qualquer incidente é relevante à luz da Lei Geral de Proteção de Dados. “Na esfera administrativa, qualquer vazamento pode resultar em multas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A gravidade do incidente e a categoria do dado vazado serão analisadas para dosar a punição”, concluiu.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula